

Redução da dívida via FMI

Velha receita com paliativos para os efeitos colaterais

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — A diretoria do Fundo Monetário Internacional já começou a preparar sua participação no plano Brady e planeja financiar as primeiras operações de redução de dívida externa dos países em desenvolvimento em meados deste ano. O FMI ainda não fez os cálculos sobre o alcance dessas reduções, mas decidiu que elas serão obtidas se os países cumprirem com as metas de programas ampliados de ajustamento de suas políticas econômicas, em prazos mais longos que os dos tradicionais acordos *stand by* de um ano. Com recursos financeiros capazes de reduzir substancialmente o volume das dívidas, o Fundo tentará negociar programas de três ou quatro anos de duração. Os primeiros casos serão os do México e Venezuela, que vão estabelecer o padrão para os demais.

Um alto executivo da área financeira internacional, que pediu para não ser identificado, revelou, entretanto, que o FMI está disposto, desta vez, também a aplicar sua velha e amarga receita ortodoxa junto com paliativos para os mais dolorosos efeitos colaterais que ela costuma produzir. Os sangrentos protestos da Venezuela deixaram uma forte marca no cenário mundial e o Fundo reconhece mais claramente que junto com o ajustamento “necessário e indispensável”, devem ser aplicadas “medidas para proteger os segmentos mais pobres das populações”, que geralmente sofrem mais com os efeitos indesejáveis das medidas recomendadas pelo FMI.

“Mas milagres não existem”, advertiu a fonte. “Se quer proteger os pobres, o país terá que arranjar um excepcional financiamento do resto do mundo (o que é pouco provável) ou, então, aumentar os impostos sobre os segmentos mais ricos do país. No caso da Venezuela, o programa que está sendo acertado com o Fundo já conta com elementos para corrigir algumas das dificuldades criadas em consequência do ajustamento, como um aumento de preços. Essas medidas protetoras, no entanto, só podem ter consequências limitadas, se você não quiser aumentar desproporcionalmente os gastos públicos”, disse a autoridade, durante um jantar com um pequeno grupo de jornalistas que cobrem a área financeira em Washington.

Interpretação — O impacto dos distúrbios da Venezuela foi muito forte entre os articuladores da nova estratégia para a dívida externa. Não chegou, contudo, a abalar a certeza deles de que os próprios países endividados estão cada vez mais convencidos da necessidade de se submeterem, o quanto antes, a profundas reformas estruturais, como as recomendadas pelo FMI e pelo Banco Mundial. A principal interpretação da matança da Venezuela, nos meios financeiros dos países industrializa-

externa
dos, não foi no sentido de levantar dúvidas sobre a correção da receita do Fundo. Ao contrário, a leitura predominante é a de que a receita deve ser aplicada o mais rápido possível, para evitar desastres maiores.

Esse raciocínio encontra base de sustentação até mesmo na carta enviada, no calor dos distúrbios de Caracas, pelo presidente Carlos Andrés Pérez ao presidente do FMI, Michel Candessus. Andrés Pérez critica o fundo, mas reconhece que os governos anteriores deixaram para ele uma verdadeira bomba-relógio, ao não adotarem as medidas de ajustamento econômico que se faziam necessárias.

As operações de redução da dívida, portanto, serão inseridas em programas de médio prazo, provavelmente de quatro anos de duração e os benefícios virão gradualmente, em troca da concretização de metas negociadas com o FMI. Na reunião de sexta-feira, a diretoria do Fundo começou a tratar de sua própria estratégia para oferecer “cenários de médio prazo” aos países em desenvolvimento que se habilitarem para o uso das “janelas assistenciais”, ou seja, dos fundos paralelos ao capital da instituição, que serão destinados a operações de redução da dívida. Entre elas, transações como a compra direta de títulos da dívida com o desconto existente no mercado secundário ou a dar garantias parciais para o pagamento do serviço de dívidas renegociadas e reduzidas.

Quotas — Durante a reunião, entretanto, diretores do FMI (representantes de países-membros) manifestaram sua preocupação sobre os riscos que a instituição estará correndo, ao se lançar em operações financeiras desse tipo, que fogem à sua tradição conservadora. A solução está num substancial aumento de capital do FMI, que vinha sendo bloqueado desde o ano passado pelos Estados Unidos. Ao anunciar seu plano para a crise da dívida, entretanto, o secretário do Tesouro, Nicholas Brady, prometeu que “até o final deste ano” sairá uma decisão sobre esse aumento de capital. A diretoria do FMI, contudo, tem mais urgência e quer, pelo menos, um compromisso dos países industrializados, já a partir da reunião do seu comitê interino (assembleia anual do Fundo e do Banco Mundial), no início de abril.

Por trás disso, há uma delicada questão, pois o Japão deseja aproveitar a oportunidade para aumentar suas quotas no capital do FMI e, portanto, seu poder político na diretoria. Atualmente, os Estados Unidos são o principal acionista e, por isso, o país com maior poder de voto nas decisões do fundo. O plano Brady deu maior poder de barganha para o Fundo conseguir o mínimo de 50% de aumento de capital, como deseja sua diretoria. O que não está claro é até que ponto o FMI poderá participar efetivamente do plano Brady, já a partir de meados deste ano, se a questão do aumento de capital não for totalmente solucionada. Isso é o que estará em discussão daqui até a reunião do comitê interino, marcada para 3 de abril, aqui em Washington.